



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638465 - MG (2021/0000913-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DIEGO MOREIRA FLORENTINO
ADVOGADO : DIEGO MOREIRA FLORENTINO - MG160104
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EDSON OLIVEIRA BATISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDSON OLIVEIRA BATISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (N. 1.0142.10.001851-4/002).

O paciente requereu o benefício de livramento condicional e seu pedido fora indeferido. Contra tal decisão foi interposto agravo em execução, do qual o Tribunal de origem não conheceu sob o argumento de supressão de instância, acórdão publicado em 17 de dezembro de 2020.

O impetrante sustenta que o não houve supressão de instância, pois houve o indeferimento do pedido de livramento condicional. Aduz, ainda, que o paciente preenche os requisitos legais para a obtenção do livramento condicional.

Requer, em pedido liminar no mérito, seja concedido o benefício de livramento condicional ao paciente.

Subsidiariamente, requer seja anulado o acórdão atacado e seja proferido novo julgamento com análise do mérito ou seja analisado se o paciente sofre coação ilegal no curso da execução da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente